A

Câmara Municipal de Belo Horizonte

*A* ***CENTURY TELECOM LTDA.****, pessoa jurídica de direito privado, portadora do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (****CNPJ/MF****) sob o Nº* ***01.492.641/0001- 73****, com sede localizada na Rua. Tenente Garro, Nº 118, 14º andar, Bairro. Santa Efigênia, CEP: 30.240-360, Belo Horizonte/MG,* ***VEM****, respeitosamente, por intermédio de seu* ***REPRESENTANTE LEGAL*** *devidamente constituído (Doc. I), à presença de V.S.a, conforme determinação estampada nos subitens 3.1 e 3.3 do* ***ATO CONVOCATÓRIO “ut supra”*** *e no § 2º do Art. 41 da Lei Nº 8.666/93,* ***REQUERER****, tempestivamente, a* ***IMPUGNAÇÃO*** *do* Pregão eletrônico 14/2023*supracitado, por contemplar* ***regras restritivas de participação*** *por parte dessa* ***ADMINISTRAÇÃO****,* ***IMPEDIRÁ*** *a* ***PARTICIPAÇÃO*** *de um* ***MAIOR NÚMERO*** *de* ***LICITANTES,*** *- porque as mesmas estão impedidas pelo* ***ATO CONVOCATÓRIO*** *em tela, conforme V.S.a irá observar nas* ***RAZÕES*** *de* ***FATO*** *e de* ***DIREITO*** *que serão expostas a seguir:*

# - DO DIREITO E DAS RAZÕES DA PRESENTE DEMANDA

Preliminarmente, faz-se necessário aqui consignar que o explícito VÍCIO na conduta dessa ADMINISTRAÇÃO regula-se pelo PRINCÍPIO GERAL DA LEGITIMIDADE, ou seja, ninguém pode exercer em nome próprio direito alheio e, ainda, pelo INTERESSE DE AGIR, isto é, ninguém pode pleitear providência que não seja apta a eliminar conflito de interesses de que participe. Assim, todo aquele que possuir potencial interesse em participar da mencionada LICITAÇÃO, como é o caso desta IMPUGNANTE, tem a FACULDADE de QUESTIONAR o ATO CONVOCATÓRIO. Por este motivo, a REVOGAÇÃO ou a NULIDADE do EDITAL DE LICITAÇÃO acarreta, sempre, a necessidade de seu REFAZIMENTO, com fulcro nos §§ 1º e 2º do Art. 49 da Lei Nº 8.666/93, in verbis:

***“Art. 49. A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."*** *(Grifo nosso)*

***1º. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no § único do art. 59 desta Lei.*** *(Grifo nosso)*

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA tem o DEVER-PODER de rever seus atos e anulá-los, quando eivados de vícios, seja de ofício ou mediante provocação, como é o caso OBJETO desta PROPOSTA, conforme JURISPRUDÊNCIA emanada do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) que

assim decidiu por meio da SÚMULA Nº 473 e assentou o seguinte, “in verbis”:

*“****A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.*** *(Grifo nosso)*

*Nestes termos, mais uma vez o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) assentou através da SÚMULA Nº 346, que* ***“A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE DECLARAR A NULIDADE DOS SEUS P*RÓPRIOS ATOS”**, inexistindo, em consequência, qualquer restrição quanto ao momento de DECLARAÇÃO DE INVALIDADE, devendo, a mesma, ocorrer quando constatada a NULIDADE do(s) ato(s) praticado(s). Neste sentido também, é o posicionamento de toda a DOUTRINA sobre o assunto  aliás, conforme já devidamente mostrado e, sobretudo que evidencia, sempre, o caráter do DEVER JURÍDICO de tal declaração quando estão em jogo interesses de terceiros e, porque não dizer, interesses da própria comunidade e da ADMINISTRAÇÃO desse MUNICÍPIO.

O princípio da competitividade é considerado pela doutrina, como um dos princípios cardeais da licitação, tanto que se existirem conluios ou de qualquer forma faltar a competição, o instituto da licitação é inexistente.

Nesse sentido, assevera o ilustre doutrinador Adilson Abreu Dallari em seu livro Aspectos Jurídicos da Licitação:

“... interessa para a administração receber o maior número de proponentes porque, quanto **maior a concorrência, maior será a possibilidade de encontrar condições vantajosas**”

“... na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo (negritou-se), irrelevante para essa comprovação isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; convém ao interesse público que haja **o maior número possível de participantes**. ” (Negritou)

# DA PARTICIPAÇÃO:

# O edital informa que poderão participar SOMENTE MICRO EMPRESA.

Ocorre que tal exigencia caracterizada ofensa aos princípios norteadores mais sensíveis da licitação, pois em face da Constituição, o mínimo necessário à presunção de idoneidade é o máximo juridicamente admissível para exigir-se no ato convocatório, de forma a viabilizar um maior número de participantes na presente licitação, assegurando a competição acirrada e maiores chances de contratar pelo menor preço, o que atende primordialmente o interesse público

# Dessa forma a comissão se vê no direito de vedar a participação de algumas empresas, ferindo os princípios constitucionais que são correlatos de um certame desse porte.

A Lei nº 8.666/93 a qual estabelece as normas gerais sobre licitação, em seu art. 3º, é objetiva ao tratar os requisitos e princípios que devem ser obedecidos pela Administração ao criar editais:

“Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Uma vez que na administração pública não há vontade pessoal, sendo que o administrador somente pode fazer o que a lei determina. Consoante Hely Lopes Meirelles:

# “Legalidade - A legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem-comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei.”

O artigo 49 da LC nº 123/06 estabelece que as disposições dos artigos 47 e 48 não são aplicáveis se não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como MEs e EPPs sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; o tratamento diferenciado e simplificado para as MEs e EPPs não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou se a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos da Lei nº 8.666/93 (Lei Geral de Licitações e Contratos), excetuando-se as dispensas em razão do valor, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de MEs e EPPs, aplicando-se o disposto no inciso I do artigo 48.

O artigo 3º da Lei nº 8.666/93 dispõe que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

De maneira geral, qualquer empresa pode participar de licitações, desde que esteja devidamente formalizada e apta, conforme instrumento convocatório do certame.

Diante de todo o exposto, esta IMPUGNANTE requer:

* ***A retificação do edital licitatório****, determinando-se:*

PARTICIPAÇÃO AMPLA

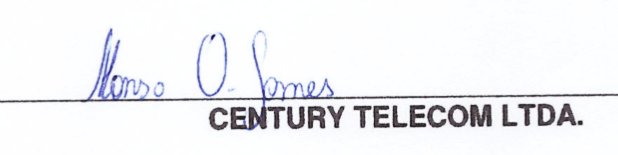
Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de não ser modificado o dispositivo editalício impugnado, TAL DECISÃO CERTAMENTE NÃO PROSPERARÁ PERANTE O PODER JUDICIÁRIO, SEM PREJUÍZO DE REPRESENTAÇÃO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO e MINISTÉRIO PÚBLICO.

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Atenciosamente,

BELO HORIZONTE, 06 de maio de 2023



\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CENTURY TELECOM LTDA

CNPJ: 01.492.641/0001-73

ALONSO DE OLIVEIRA GOMES

Diretor sócio

CI: M-7.145.301

CPF 013.118.666-39